

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

### INCLUSIVE EDUCATION: THE CHALLENGES OF INCLUSION IN BRAZILIAN SCHOOLS

Cláudia Lima de Araujo<sup>1</sup>  
Queila Pereira Santos<sup>2</sup>  
Hellen Maura Lucidia Ribeiro<sup>3</sup>  
Eliene Barbosa do Nascimento de Freitas<sup>4</sup>  
Edinéia Bueno<sup>5</sup>  
Diógenes José Gusmão Coutinho<sup>6</sup>

**RESUMO:** Este artigo traz informações sobre a educação inclusiva, nunca se ouviu falar tanto sobre o tema como atualmente e não é para menos, já que o assunto possui grande importância e merece ser discutido. A pesquisa desse artigo é bibliográfica e exploratória, uma reflexão sobre a educação inclusiva e a capacidade de aceitação das diversidades dos indivíduos, na sociedade e escola, garantindo acesso igualitário às oportunidades. Trouxemos informações para entender quais são as políticas públicas que falam sobre a educação inclusiva, procuramos levantar discussões teóricas sobre a função da escola e o papel do professor frente à educação inclusiva. O artigo traz reflexões sobre a necessidade de se compreender o que de fato é a inclusão e que a escola precisa ser um espaço para a expressão das diferenças. Discute a necessidade do compromisso governamental no sentido de efetivar investimentos que contribuam para a implementação das ações educacionais necessárias para uma verdadeira inclusão. O assunto não é exclusivo, contudo, é bastante relevante para a comunidade escolar e a sociedade como um todo, o tema precisa de estudos que visem buscar garantia de que melhorias irão acontecer na prática, e direitos irão ser atendidos. Conclui-se que educação inclusiva, deve ser vista como uma oportunidade de inserir os alunos de forma igualitária nas instituições de ensino, sendo preciso uma rede de apoio, como pais, docentes que estão em contato direto com os alunos, gestores, governantes e instituições filantrópicas.

1716

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva. Educação Especial. Desafios. Diversidade. Inclusão.

<sup>1</sup>Graduada/Pós-graduada em Pedagogia pela Faculdade ULBRA.

<sup>2</sup>Graduada/Pós-graduada em Pedagogia Licenciatura pela Faculdade Claretiano Centro Universitário.

<sup>3</sup>Graduada em História pela UNOPAR.

<sup>4</sup>Graduada e licenciada em Letras Português e Literatura da Língua Portuguesa pela Universidade Luterana (ULBRA-2010).

<sup>5</sup>Graduada/Pós-graduada em Pedagogia, licenciatura pela Faec-Faculdade de Educação de Colorado do Oeste.

<sup>6</sup>Orientador, Graduado em Biologia pela UFRPE. Doutor em Biologia pela UFPE.

**ABSTRACT:** This article provides information about inclusive education, we have never heard as much about the topic as we do today and it is no surprise, as the subject is of great importance and deserves to be discussed. The research in this article is bibliographic and exploratory, a reflection on inclusive education and the ability to accept the diversity of individuals, in society and school, ensuring equal access to opportunities. We brought information to understand what public policies talk about inclusive education, we sought to raise theoretical discussions about the function of the school and the role of the teacher in relation to inclusive education. The article reflects on the need to understand what inclusion actually is and that the school needs to be a space for the expression of differences. It discusses the need for government commitment to make investments that contribute to the implementation of educational actions necessary for true inclusion. The subject is not exclusive, however, it is quite relevant for the school community and society as a whole, the topic needs studies that aim to ensure that improvements will happen in practice, and rights will be met. It is concluded that inclusive education must be seen as an opportunity to include students equally in educational institutions, requiring a support network, such as parents, teachers who are in direct contact with students, managers, governments and institutions philanthropic.

**Keywords:** Inclusive Education. Special Education. Challenges. Diversity. Inclusion.

## 1. INTRODUÇÃO

A palavra inclusão (1999) vem do latim, do verbo *includere* que significa “colocar algo ou alguém dentro de outro espaço”, “entrar num lugar até então fechado”. É a junção do prefixo *in* (dentro) com o verbo *cludo* (*cludere*), que significa “encerrar, fechar, clausurar”. O termo, cada vez mais, é aplicado não apenas para questões das necessidades especiais, como também para construir discursos de acessibilidade a quaisquer indivíduos que estão excluídos de determinados espaços e situações, fala-se, por exemplo, em inclusão digital, econômica, entre outras. Assim, ao utilizarmos a palavra podemos nos referir tanto especificamente às pessoas com necessidades especiais quanto a atitudes de inclusão que se referem a outras situações observadas em nossa sociedade.

A Educação Inclusiva é a mudança para uma sociedade inclusiva, um processo em que se amplia a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade dos alunos. Falar em inclusão nos remete às discussões sobre o direito à igualdade, direito à diferença. No contexto social, a Inclusão é entendida, de acordo com Mazzotta (2010, p. 79), como “concretização das melhores condições possíveis de comunicação e participação ativa, concretizando os ideais de justiça social”. E sem dúvidas um tema que provoca debate no âmbito educacional, no Brasil e em outros países a inclusão de

peças especiais na sociedade é um tema carente de debates e ação. Educação inclusiva é a educação baseada no respeito e reconhecimento do outro, conceituada nos mesmos pilares educativos, a educação inclusiva é a tomada de consciência do indivíduo como cidadão, como pessoa, do reconhecimento, do pertencimento, do respeito à dignidade humana. Para Carvalho (2007), a Educação Inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural. A escola do passado foi planejada para atender um perfil de aluno, entretanto, hoje, a demanda é outra. A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas (STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21). Tal processo exige da escola uma reformulação e inovação em todo o seu sistema, com estratégias e flexibilidade de ensino que possibilitem atender a todos os indivíduos. E dentro deste artigo buscaremos entender alguns fatores que abordam o tema.

No Brasil, assim como em outros países possui legislação que garante o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade de forma igualitária, ou seja, são leis que visam permitir o acesso dessas pessoas na sociedade, nas escolas, universidades e inclusive mercado de trabalho. Enfim, entender que a educação é direito, e como direito é comum a todos e que precisa se fazer cumprir em qualquer ambiente. A educação como inclusão é uma demanda da vida escolar e social. Como defende Delors (2001, p. 130)

A família é a primeira escola da criança, mas quando o meio familiar falha ou é deficiente, incumbe à escola manter vivas, ou mesmo fornecer, as potencialidades de aprendizagem. É preciso dar particular atenção a todos os aspectos da educação destinada a crianças vindas de meios desfavorecidos; as crianças de rua, os órfãos, as vítimas de guerra ou de outras catástrofes, devem se beneficiar de esforços concertados por parte dos educadores. Quando as crianças têm necessidades específicas que não podem ser diagnosticadas ou satisfeitas no seio da família, é à escola que compete fornecer ajuda e orientação especializadas de modo a que possam desenvolver os seus talentos, apesar das dificuldades de aprendizagem e das deficiências físicas.

O artigo 208 da Constituição Federal garante às pessoas com deficiência o direito ao ensino de qualidade no ensino regular das instituições públicas de ensino. No entanto, sabemos que na maioria das vezes os direitos constitucionais dessas pessoas não são respeitados. A escola assim como outros ambientes, tem por objetivo refletir sobre a preparação dos profissionais que acolhem alunos com deficiências em sala de aula regular. Diante dos fatos que comprovam a grande importância da discussão desse tema para as pessoas com deficiência, é que ainda hoje, em todas as escolas públicas ou privadas, a inclusão não é uma realidade. Este trabalho terá

como método de trabalho a pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos de revistas, documentos oficiais, e legislações relacionadas à anexação da inclusão do Brasil. Educação Inclusiva uma demanda desafiadora, incluir as crianças especiais não é uma tarefa fácil, mas é missão da escola e da sociedade. Para Mantoan (2003, p. 28), “as crianças precisam da escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimentos à parte”. Essa dinâmica exige cada vez mais buscas, estudos, dedicação e empatia, por meio de um trabalho sistemático da escola e governo é possível planejar para assegurar aprendizagens. A educação para inclui deve primeiramente saber que somos diferentes e que essa inclusão exige um olhar diferenciado, atividades flexíveis e tratamento diferente, valorizando cada potencialidade da pessoa.

Sasaki (1997, p. 167) aponta o conceito de inclusão social como:

Processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente, tendo em vista a equiparação de oportunidade e, conseqüentemente, uma sociedade para todos (...) A inclusão significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida (SASSAKI, 1997, p. 167).

A Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área de necessidades educativas especiais alerta que “uma alta percentagem de deficiência constitui resultado direto da falta de informação, pobreza e baixos padrões de saúde” (BRASIL, 1994, p.46). Entretanto este é o universo no qual a escola está inserida. E essas diferenças não são somente econômicas e de classe social. Elas se apresentam também de outras formas, como diferenças de idade, físicas, sociocultural, e níveis de aprendizagem. São muitos subsídios e qualidades, transitórios ou permanentes, a exigir políticas educacionais, currículos específicos e flexíveis e saberes pedagógicos dentro do ambiente escolar.

E o Brasil tem sido palco de uma discussão teórica que se refletiu na aprovação de uma legislação voltada para a educação inclusiva, tendo como foco principal os alunos designados como aqueles com necessidades educacionais especiais. Destaca-se aqui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 e as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, ambas afinadas tanto aos princípios da Constituição Brasileira de 1988, quanto a documentos internacionais como a Declaração de Jomtien sobre a Educação para Todos, de 1990 e a Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área de Necessidades Educativas Especiais, de 1994. O que se idealiza é que a escola, baseada em seus valores como convivência, democracia, respeito, liberdade, tolerância, pluralidade, singularidade, solidariedade e equidade deveria:

[...] acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas (...). Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (BRASIL, 1994, p.6).

Ademais é importante destacar, que a educação inclusiva, trata de crianças, porém não se refere somente a elas, mas de todos, jovens e adultos. Pela histórica prática de exclusão, infelizmente no Brasil temos muitos jovens e adultos analfabetos ou analfabetos funcionais que abandonaram a escola. E essa parte também exige uma atenção especial, dadas as suas características específicas, principalmente por já se encontrarem, em sua maioria, inseridos no mercado de trabalho e outros ausentes do sistema escolar ou mesmo, as que nunca frequentaram a escola por diversos motivos.

Compreendemos que não é tarefa fácil para a escola, trabalhar em sala de aula com diversidade e, assim também, implementar uma educação inclusiva, enfrentar e superar desafios em sala, juntamente com os professores que encontram dificuldades em trabalhar com a diversidade, demonstrando insegurança para desenvolver seu papel, pois não existe uma fórmula correta para lecionar diante das especificidades que cada aluno apresenta, sendo o aluno deficiente ou não. Segundo Zimmermann (2008, p.01):

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças (ZIMMERMANN, 2008, p. 01).

1720

Precisamos chamar a responsabilidade de todos para com a educação inclusiva, não somente para com o professor. Sabemos que o professor que está em sala de aula enfrenta desafios diários e que o tema atual aqui abordado seria mais um que professor leva para sua experiência e trabalha, são experiências, mais possível e que é gratificante para ele. Enfim, nosso objetivo, no presente artigo, é discorrer uma reflexão acerca das peculiaridades da Educação Inclusiva, de modo a promover uma ação quanto à importância da construção de práticas pedagógicas flexíveis, democráticas e includentes, tendo em vista uma Educação inclusiva onde haja respeito, admiração, empatia. Conforme Mazzotta (2010), a Educação Inclusiva demanda políticas públicas pautadas no critério de justiça, contemplando algumas focalizações que possam diminuir ou reparar desigualdades sociais.

## 2. BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DAS MUDANÇAS DE PARADIGMAS

E para falar de Educação Inclusiva, é necessário entender a trajetória da educação especial, é inevitável não falarmos de suas conquistas que foram adquiridas durante o tempo, uma trajetória de lutas em razão daqueles que apresentassem alguma limitação, onde muitas das vezes eram excluídos e conseqüentemente eliminados pela a sociedade, Segundo Freitas (2005), observa-se que, durante a Idade Antiga, a pessoa portadora de necessidades especiais física, por exemplo, era pouco considerada para exercer atividades na sociedade. Atribuía-se a esse indivíduo dizendo que ‘sua deficiência era resultado de forças sobrenaturais’. Além disso, propalava-se, na Idade Média, ‘que sua deficiência era resultado da união entre a mulher e o demônio’. A Lei da Inclusão tem passado por vários processos ao longo dos tempos, debates, discursões, leis regulamentadas, ações tomadas, e dentro desse contexto é preciso compreender que a Educação Inclusiva é um direito dentro da escola.

E de acordo com Rogalski (2010), já no Brasil, até a década de 50, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governantes com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais. A Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social, pois essa declaração norteia os direitos das crianças na educação inclusiva, e ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988) e da Declaração sobre Educação para Todos de 1990.

1721

Para crianças com necessidades educacionais especiais uma rede contínua de apoio deveria ser providenciada, com variação desde a ajuda mínima na classe regular até programas adicionais de apoio à aprendizagem dentro da escola e expandindo, conforme necessário, à provisão de assistência dada por professores especializados e pessoal de apoio externo”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994)

Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva. A Declaração de Salamanca é considerada inovadora porque, conforme diz seu próprio texto, ela “proporcionou uma oportunidade única de colocação da educação especial dentro da estrutura de “educação para todos”, firmada em 1990.

Já por volta do século XIX surgem as escolas especiais. “As instituições para pessoas com deficiência continuaram a crescer em números e tamanhos durante o final do século XIX até final de 1950” (STAINBACK, 1999, p. 37). Mesmo assim, alunos com deficiências visíveis e mais acentuadas continuaram sendo segregados. De acordo com Stainback (1999, p. 37) isso ocorria pelo fato de as “escolas serem organizadas como asilos, com uma estrutura militar, o que condenava as pessoas com NE a viverem em locais em que eram mais controladas do que ensinadas”.

No Brasil, em 1904 foi criada a Escola de Crianças Anormais no Hospital Nacional de Alienado, no Rio de Janeiro. Franco da Rocha, no ano de 1921, criou o serviço de menores, dando origem ao primeiro núcleo de classes especiais no Estado. Já em 1926 Tiago Wurth funda a escola Pestalozzi em Canoas. O Instituto Pestalozzi de Canoas (RS) é a primeira instituição não governamental do Brasil para educação especial na área da deficiência mental. Em 1935 surge à sociedade Pestalozzi de Minas Gerais e em 1952 a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE- RJ a qual passou a promover e a defender os direitos das pessoas com deficiência mental. (FACION & MATOS, 2009, p.144)

Já no século XX foi marcado por muitas transformações que contribuíram de forma significativa a vida das pessoas com necessidades especiais, um desses avanços foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n° 4.024 de 1961, que determinou que o atendimento das pessoas com necessidades especiais, apontando o direito dos “excepcionais” à educação, de preferência dentro do sistema geral de ensino. De acordo com Souto (2014), em 1971 a LDBEN de 1961 foi alterada pela Lei ° 5.692, que definiu tratamento especial para alunos com necessidades físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados.

Segundo a LDB de n° 9.394/96 de acordo com Magro e Rodrigues (2007) foi responsável por iniciar o processo de inclusão escolar no Brasil, foi a partir desta lei que ficou determinado que os alunos com necessidades especiais passassem a ser atendidos em classes regulares, independente da instituição de ensino ser pública ou privada, tendo ainda estes que ser assistidos por professores com especialização adequada para este atendimento. No entanto, os autores ressaltam que esta inclusão encontra muitas barreiras o que impossibilita que está de fato seja uma realidade. Ela estabelece que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL, 1996, p.19).

Conforme Brasil (2008), em 1999 foi apresentado o Decreto de n° 3.298, que regulamentou a Lei n° 7.853 de 1989, que tratava da Política Nacional para Integração da pessoa Portadora de Deficiência, e definiu a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, dando ênfase a atuação complementar da educação



especial ao ensino regular. Motivada por esse processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, pela Resolução CNE/CEB n° 2/2001, determina em seu artigo 2° que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, sendo de responsabilidade das escolas organizam-se para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, tendo estas que assegurar as condições necessárias para que seja ofertada uma educação de qualidade a todos. Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

### 3. EDUCAÇÃO ESPECIAL, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS DIFERENÇAS

Em estudos abordados percebe-se que Educação Especial nasceu quando a educação ainda era privilégio da minoria. Falar em educação inclusiva é sempre desafiador, pois, para muitos, ainda é um campo desconhecido, ainda muito para estudar sobre o tema, mas para compreender melhor a fala atual da inclusão e seus aspectos, que causam por vezes angústias e algumas polêmicas, é preciso voltar ao tempo para compreender o processo histórico da Pessoa com Deficiência, perpassar pela educação especial até chegar ao movimento da Educação Inclusiva

1723

De acordo com Blanco (2003), nesse processo, podemos fragmentar o tratamento dado às Pessoas com Deficiência:

A primeira delas corresponde ao período anterior ao século XIX, chamada de “fase da exclusão”, na qual a maioria das pessoas com deficiência e outras condições excepcionais era tida como indigna da educação escolar. Nas sociedades antigas era normal o infanticídio, quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou tais atos, mas por outro lado, acalentou a idéia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas, explicando-as como punição, em decorrência de pecados cometidos. Assim, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram escondidas ou sacrificadas (BLANCO 2003, p. 72).

Desde a Antiguidade, a história confirma a descrição de pessoas com alterações anormais por motivo genético. E a essas pessoas era negado o convívio social; eram pessoas tratadas com indiferença, elas eram escondidas em suas próprias casas ou levadas a lugares para tratamentos, pelos familiares ou pelas autoridades.

No século XVII, os deficientes, principalmente os com deficiência mental, eram totalmente segregados, internados em orfanatos, manicômios e outros tipos de instituições estatais. Esses internatos colhiam uma diversidade de sujeitos com patologias distintas, alguns deficientes, outros doentes (AMARAL, 2001, p. 32).



Por mais de 200 anos pessoas com necessidades especiais foram queimadas em praça pública, enforcadas, afogadas ou condenadas às prisões nos porões dos castelos da época (FACION & MATTOS, 2009, p.6). Na Antiguidade acreditava-se que estas pessoas eram dominadas por demônio, sendo tratadas numa concepção demonológica. E na Idade Média houve o período de escuridão para a ciência, logo, o indivíduo que não fosse “normal” poderia ser entendido como demônio ou considerado um profeta em transe. E na antiguidade os padrões sociais eram determinados sob influência da Igreja. Aqueles que não se enquadravam eram punidos ou condenados. E naquele período, ter um filho com deficiência era visto como maldição, muitas vezes ligada a algo diabólico. Essas pessoas eram excluídas da sociedade. Os “diferentes”, assim como no período da Inquisição, poderiam ser executados na forca ou queimados vivos.

No período da Inquisição e, posteriormente, na Reforma Protestante, as pessoas com necessidades especiais eram tratadas como uma personificação do mal. Com decorrer das décadas e com os avanços da Medicina, novos conceitos foram sendo construídos e reconstruídos em relação a tais pessoas (FARIAS; SANTOS; SILVA, 2009, p. 40).

Em meados do século XIX surge a institucionalização especializada: *segregação*. Nesta fase, os indivíduos com necessidades especiais eram afastados de suas famílias e dissociados em asilos ou escolas especiais, mantidos por instituições religiosas ou filantrópicas. De acordo com Souto (2014, p. 16), o objetivo era isolar os alunos com deficiências dos demais, “proporcionando uma ‘educação’ fora das escolas [comuns], ‘protegendo’ o deficiente da sociedade, sem que esta tivesse que suportar o seu contato”. No final do século XIX surge a política de *integração*, marcada pela criação de classes especiais dentro das escolas regulares, para atendimento especializado aos sujeitos com necessidades educacionais especiais. Nesta política, a escola não considera as diferenças individuais e culturais das crianças em sua organização social, transferindo para os educandos a adaptação ao modelo escolar existente” (OLIVEIRA, 2016, p. 153).

A Educação especial na perspectiva inclusiva é recente, tem seu marco a partir da década de 90 do século passado e é validada pela inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em classes e escolas regulares, foi a partir da concepção de que o convívio em sociedade é um direito de todas as pessoas e a aprendizagem ocorre a partir da interação indivíduo.

A transição de um modelo de educação especial para um de educação inclusiva representa um avanço significativo no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. Embora ambos os conceitos busquem atender às necessidades educacionais especiais, a educação

inclusiva emerge como um ideal que promove a participação, a diversidade e o respeito, independentemente das características individuais de cada aluno. Essa mudança paradigmática é essencial para uma sociedade mais justa e equitativa.

#### 4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA É UM DIREITO COMUM A TODOS

A educação inclusiva se impõe diante do fracasso escolar e constitui da escola uma atitude pedagógica fundada no respeito às diferenças sociais, culturais, econômicas e pessoais, cobrando da escola respostas educativas através de currículos flexíveis adaptados a inclusão e emprego de recursos didáticos tecnológicos que favoreçam o aprender e, professores qualificados, que recebam treinamentos para mediar a aprendizagem. Mantoan (2003, p. 14) discorre: “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças contribuições mútuas”. A autora é, ainda, enfática ao afirmar:

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos. Nosso modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, e nesse vazio de ideais, que acompanha a crise paradigmática, é que surge o momento oportuno das transformações (MANTOAN, 2003, p. 12).

Educação que inclui, como afirma Mantoan (2003, p. 20): “[...] é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional [...]].

A proposta de educação inclusiva efetiva-se prioritariamente através de turmas mistas, na qual todos os alunos, com ou sem necessidades especiais, devem estar inseridos em uma mesma turma. Integração esta, pilar central deste novo modelo de educação é ao mesmo tempo, o cerne das principais polêmicas, dificuldades e resistência para sua implantação. Costa et al. (2016) demarcam que a Educação Inclusiva é a expressão da democratização escolar e da aceitação das diferenças. Parece difícil compreender que a escola deve ser igual para todos e diferente para cada um.

O Ministério da Educação conceitua a Educação Especial como: Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (...) em todas as etapas e modalidades da educação (BRASIL, 2001, p.39).

Com relação à implantação e implementação dos serviços de educação especial, as diretrizes no MEC preveem o atendimento prioritário na rede regular de ensino, por meio da

organização de classes comuns e de serviços de apoio pedagógico especializado, em relação as classes especiais são admitidas apenas em caráter extraordinário, devido ao seu caráter excludente, contraria os princípios da educação inclusiva. Somos sabedores que a EI não beneficia apenas os alunos com necessidades especiais; ela enriquece toda a comunidade escolar. Ao promover a empatia, a solidariedade e o respeito às diferenças, as escolas se tornam espaços mais humanos e preparados para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais plural.

Ainda no mesmo contexto, na Conferência sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994, resultou na Declaração de Salamanca, documento que proclama que a escola deve propiciar a mesma educação a todas as crianças, atendendo às demandas delas.

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (UNESCO, 1994, n.p.).

No Brasil, ainda em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que objetiva, dentre as suas ações, contemplar, no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem acesso e permanência na educação superior.

1726

#### 4. EDUCAÇÃO INCLUSIVA A ESCOLA E O PROFESSOR

A inclusão é um desafio, sendo necessário o conhecimento do meio em que a criança está inserida para que as atividades propostas na escola fiquem próximas da realidade vivenciada pelo aluno, e assim ele se adapte com maior facilidade ao contexto educativo e participe ativamente do processo de aprendizagem.

Mantoan (2003, p. 35), acerca da qualidade da escola, vai nos dizer:

Em suma: as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizarem a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio-afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar — sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma (MANTOAN, 2003, p.35).

As ações de inclusão na escola influenciam nos resultados da educação que ela oferece, sendo que para favorecer uma inclusão escolar com equidade, seguem seis dicas para garantir a inclusão na escola. São elas: conhecimento do aluno em sua totalidade, formação dos profissionais, integração efetiva entre o professor da sala de recurso multifuncional e os do ensino regular, atendimento na sala de recurso multifuncional, uso da tecnologia dentro da escola e parceria escola e família (Souza, 2017, p. 2-3). Quando se trabalha a totalidade, como parceria quem sai ganhando são os alunos. Sobre isso, é importante que os professores, demais alunos e famílias se adaptem ao meio em que a criança inclusa está inserida, dando a devida importância para tamanha contribuição na vida escolar dessa criança (Silva; Arruda, 2014, p. 1).

Outro ponto importante se refere ao planejamento do professor, que deve ser flexível; o professor é “mediador e facilitador na organização dos alunos, de forma que possibilite uma melhor interação, mesmo em níveis tão diferentes, incluindo a todos, seja na educação física, capoeira, teatro ou qualquer outra proposta pedagógica” (Silva; Arruda, 2014, p. 6). Ações educativas voltadas para a inclusão são aquelas que consideram todos os alunos como seres únicos e diferentes, mas cada um com suas peculiaridades, capazes de adquirir conhecimento, de transformar a realidade em que vivem.

Para isso, o professor precisa estar preparado para lidar com a diversidade, a formação continuada é crucial na educação inclusiva. Aqueles que possuem limitações de aprendizagem e que por isso podem ser considerados inclusos, devem contar com o atendimento educacional especializado.

1727

Conforme afirma Minetto (2008), para que isso seja possível:

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas. (MINETTO, 2008, p. 101)

Por fim, a inclusão só será uma realidade que beneficie alunos, professores, familiares e sociedade, quando todos realmente abraçarem essa causa e se conscientizarem de que incluir é fazer com que todos sejam considerados capazes de produzir e compartilhar saberes.

#### 4. Matrículas na educação especial: Dados do Censo Escolar 2023

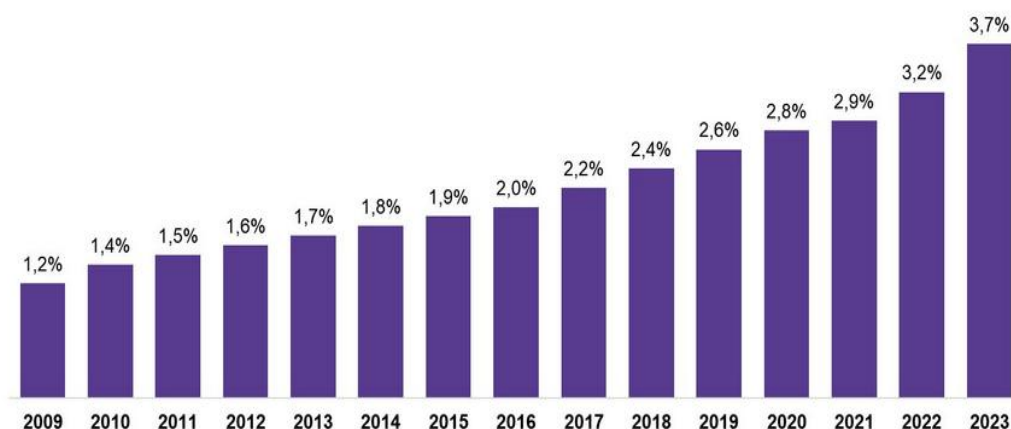
O Censo Escolar/MEC/INEP, realizado anualmente em todas as escolas de educação básica, possibilita o acompanhamento dos indicadores da educação especial: acesso à educação básica, matrícula na rede pública, ingresso nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares, municípios com matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais, escolas com acesso ao ensino regular e formação docente para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

Principal pesquisa estatística da educação básica, o Censo Escolar é coordenado pelo Inep e realizado, em regime de colaboração, entre as secretarias estaduais e municipais de Educação, com a participação de todas as escolas públicas e privadas do País. O levantamento estatístico abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica: ensino regular, educação especial, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional.

De acordo com a pesquisa estatística, ao analisar a faixa etária de 4 a 17 anos da educação especial, constatou-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classes comuns também vem aumentando gradativamente, passando de 94,2%, em 2022, para 95% em 2023.

Em 2023, o número de matrículas na Educação Especial chegou a 1,8 milhão, representando 3,7% das matrículas da Educação Básica. Há 15 anos, essa proporção era significativamente menor: apenas 1,2%, totalizando aproximadamente 640 mil matrículas.

**Proporção de matrículas da Educação Especial - Brasil**



Em 2009, 60,5% dos estudantes da Educação Especial estavam em classes comuns. Em 2023, esse número alcançou 91,3%. O aumento (30,8 pontos percentuais) em 15 anos representa um avanço significativo rumo à inclusão escolar. No entanto, ainda há 154 mil crianças e jovens segregados em classes especiais ou em escolas especializadas. “O dado evidencia que, embora os avanços sejam notáveis, o desafio de alcançar 100% de inclusão é considerável.

Quando analisados dados das capitais do Brasil, é possível compreender que a inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial em classes comuns ainda representa um grande desafio em Curitiba: apenas 70,5% dos alunos (redes públicas e privadas) estavam em classes comuns em 2023. Em contraste, municípios como Natal, Vitória e Florianópolis conseguiram incluir todos os alunos em classes comuns.

## 5. METODOLOGIA

A Educação Inclusiva é motivo de debates e reflexões no contexto educacional, uma vez que além de assegurar uma educação de qualidade para todos, a inclusão no contexto escolar é uma realidade que exige dedicação e capacidade para lidar com a diversidade e limitações dos alunos. Com o propósito de compreender aspectos referentes a Educação Inclusiva, utilizou-se como base a pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica.

O artigo se caracteriza por ser bibliográfico, desenvolvido a partir de materiais organizados e publicados por inúmeros autores, selecionados para ajudar na elaboração deste artigo para partir da questão que objetivou provocar reflexões sobre o tema EI. A pesquisa bibliográfica eleva a discussão de diversos autores com base em material já elaborado, constituído especialmente de livros, artigos científicos, sites, revistas (periódicos) e documentos oficiais referentes ao tema em questão. Para amparar e enriquecer teoricamente o tema discutido, possibilitar a elaboração e concretizar o presente material, o instrumento de coleta de dados utilizado neste estudo foi à análise de conteúdo.

1729

Para se falar com propriedade sobre o tema EI buscamos nos embasar nos seguintes autores: COELHO (2010); MANTOAN (2003), FERREIRA (2003), CARVALHO (2019) e outros, assim como pautamos em alguns marcos normativos, como a (LDB) Lei de Diretrizes e Bases de (1996), Constituição Federal de (1988) e a conferência de Salamanca, dentre outros, para melhor entendimento sobre a Educação Inclusiva e Educação Especial

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É válido destacar que apesar das muitas reflexões e discursões sobre a educação inclusiva e a formação dos docentes, ainda são poucas as práticas pedagógicas e métodos estabelecidas que possam ser caminho em relação a educação inclusiva. De acordo com os resultados obtidos, conclui-se que mesmo com a implantação de diversas políticas públicas referentes a EI, a Educação Inclusiva de modo geral ainda é um desafio tanto para gestores públicos quanto para

a comunidade escolar. Com isso segundo Coelho (2010 p.58), “as questões legais aparecem como suporte orientador e indutor de mudanças, mas não como garantia efetiva da inclusão, já que por si só, leis não garantem mudanças” Contudo, para que de fato a Educação Inclusiva deixe de ser um desafio atualmente, é de suma importância que as políticas públicas educacionais contemplem as pessoas com necessidades educativas especiais, além de proporcionar aos educadores formação para a prática. É necessário que haja projetos que possam incluir na educação, sejam elas públicas ou particulares, que valorize a diferença, quebrando principalmente a barreira da discriminação e do preconceito na sociedade. Este posicionamento é bem representado pelo contundente desabafo da professora Maria Teresa Eglér Mantoan:

A verdade é que o tempo vai passando e, infelizmente, não estamos conseguindo encontrar uma direção que nos leve diretamente ao que nos propõe a inclusão nas escolas. Os motivos variam muito, mas estão, no geral, relacionados ao preconceito, à força das corporações que atuam em relação às pessoas com deficiência, à ignorância dos pais, às políticas educacionais, que neutralizam todo tipo de desafios que as escolas têm de enfrentar para aprimorarem suas práticas, a uma interpretação retrógrada de educação especializada, que substitui e não complementa o ensino regular. Portanto, há muito a fazer, no sentido de que a inclusão escolar possa ser entendida e posta em ação nos sistemas de ensino público governamental e privado. O tempo passa e não podemos continuar perpetuando as injustiças cometidas pela educação formal, ao definir o aluno ideal e ao discriminar os demais, por não se encaixarem nesse modelo (BRASIL, 2006, p. 4).

Enfim, sabemos que na prática de ensino inclusivo ainda surgirão muitos desafios pela frente. O caminho para a mudança ainda é longo, mas não impossível. A Educação Inclusiva exige ousadia, proatividade, respeito, escolhas assertivas, um trabalho árduo, porém gratificante, professores qualificados, governantes que conheçam as problemáticas das escolas, escolas adaptadas a realidades de alunos excluídos, currículos flexíveis a realidade, uma rede de apoio completamente envolvida no processo escolar e criação de nova cultura escolar democrática.

Se acreditarmos que o papel da escola é construir cidadania através do acesso ao conhecimento, isto só será possível se dentro da escola tivermos uma verdadeira representação do grupo social que está fora da escola: pessoas com diferentes credos, de raças diferentes, com saberes diferentes, pessoas sem deficiência (existem?) e pessoas com deficiência. A experiência de conviver com a diversidade, tão necessária para a vida, nunca será exercida num ambiente educacional segregado, onde a diversidade humana não esteja representada (BRASIL, 2006, p. 47).

Além disso, a educação inclusiva possibilita aos estudantes partilharem do mesmo espaço social educacional que os demais e estimula a aprendizagem colaborativa. Objetivos estes da educação para a formação humana e a vida em sociedade. Deste modo, se entende que a educação inclusiva é benéfica para todos. Para finalizar, Corbett (2001) afirma que: "(...) a educação inclusiva diz respeito à qualidade da educação comum e não à educação especial".



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. O Desafio das Diferenças nas Escolas. Boletim 21. MEC, 2006.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria nº 55/2007, prorrogado pela portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério Público Federal. O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2ª ed.ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

Borges. Carline Santos. Livro: Atendimento Educacional Especializado na Escola Comum como Ação Pedagógica Favorecedora da Educação Inclusiva. 2020.

CARVALHO, Rosita Ediller. Educação Inclusiva: Com os pingos nos “Is”. Porto Alegre, Mediação, 2019.

CARVALHO, R. E. Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007. 1731

CARVALHO, R. E. Escola Inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico. Mediação: Porto Alegre/RS, 2008.

COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão escolar. In: Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar. Brasília, 2010.

CORBETT, J. Supporting inclusive education: a connective pedagogy. London: Routledge, 2001.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm). Acesso em: 4 jun. 2019.

Desafios da Educação inclusiva: foco nas redes de apoio. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/554/os-desafios-da-educacao-inclusiva-foco-nas-redes-de-apoio>. Acesso em:

Declaração de Salamanca. Brasília, DF. Unesco. 1994.

DELORS, Jacques. Educação: um tesouro a descobrir. 6. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 2001.

DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987. FARFUS, D. Organização pedagógica dos espaços educativos. Disciplina: Organização Pedagógica Espaços Educativos do curso de Pedagogia EaD da FACINTER. Curitiba, 2009.

Diretrizes Nacionais para Educação Especial. Disponível em: [portal.mec.gov.br/fseesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf](http://portal.mec.gov.br/fseesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf)&clen=397071&chunk=true portal mec. Acesso em:

Educação Inclusiva, Deficiências E Contexto Social: questões contemporâneas; SALVADOR, EDUFBA 2009. (Organizadores) FÉLIX DÍAZ, MIGUEL BORDAS, NELMA GALVÃO, THERESINHA MIRANDA. Livro.

FARIAS, Iara Rosa; SANTOS, Antônio Fernando; SILVA, Érica Bastos da. Reflexões sobre a inclusão linguística no contexto escolar. In: DÍAZ, Félix et al. (Orgs.). Educação Inclusiva, Deficiência e Contexto Social: questões contemporâneas. Salvador: Edufba, 2009. p. 39-48.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. Educação Inclusiva. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, M.C.C.; FERREIRA, J.R. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M.C.R.; LAPLANE, A.L.F. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004.

FERNANDES, S. Metodologia da Educação Especial. 1ª ed. Curitiba. IBPEX, 2011.

1732

Figueira, Emílio. Novos Desafios para a Educação Especial. Disponível em: <https://www.acervoinclusivo.com.br/2020/01/aula-4-novos-desafios-para-educacao.html>.

Figueira, Emílio. O QUE É EDUCAÇÃO INCLUSIVA, Tatuapé, Brasiliense, 2017.

FREITAS, Raquel Zappia. Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: realidade ou utopia (2005). Memorial de Conclusão de Curso – Programa Especial de Formação para Professores em Exercício (Proesf) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=35929>. Acessado em 30 de julho de 2011.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4a ed. São Paulo. Atlas, 2002.

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/575784/1/ARTIGO%20GUILHERME%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20%281%29%20%282%29.pdf>

[https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao\\_inclusiva.pdf](https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao_inclusiva.pdf)

<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/HN3hD6w466F9LdcZqHhMmVq/?f>

<https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Ed-inclusiva-37.pdf#page=7>

[https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculadas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao#:~:text=Os%20n%C3%BAmeros%20foram%20divulgados%20no,com%20defici%C3%A2ncia%20intelectual%20\(952.904\).](https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculadas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao#:~:text=Os%20n%C3%BAmeros%20foram%20divulgados%20no,com%20defici%C3%A2ncia%20intelectual%20(952.904).)

<https://institutorodrigomendes.org.br/painel-indicadores-atualizacao-censo-2023/>

INCLUSÃO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MAGRO, C, M, T, A; RODRIGUES, L, A. Concepções que os alunos do curso de Pedagogia e normal superior apresentam sobre o processo de inclusão. IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, Londrina, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. A hora da virada. Inclusão: Revista da Educação Especial, Brasília, v. 1, n. 1, p. 24-28. 2005.

MANTOAN, Maria Teresa E. Educação Inclusiva - Orientações pedagógicas. In: FÁVERO, Maria Augusta G; PANTOJA, Luísa de Marillac P.; MANTOAN, Maria Teresa E. Atendimento educacional especializado – Aspectos legais e orientação pedagógica. São Paulo: MEC/SEESP, 2007. p. 45-60.

MAZZOTTA, Marcos José S. Inclusão Escolar e Educação Especial: das Diretrizes à Realidade das Escolas. In: MENDES, Enicéia G.; ALMEIDA, Maria Amélia (Orgs.). Das Margens ao Centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. 2. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010. p. 79-87. 1733

MITTLER, P. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. São Paulo: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Educação Especial/Inclusiva no Brasil: demandas contemporâneas. Cad. Pes., São Luís, v. 23, n. Especial, p. 152-160, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6207>.

Acesso em: 20 ago. 2019. SANTOS, Boaventura de Souza Santos. A construção multicultural da igualdade e da diferença. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. (Oficina do CES nº 135, janeiro de 1999).

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da Educação Especial. In: Revista de Educação do IDEAU, vol. 5, nº 12, Quatro Irmãos, RS, 2010. STAINBACK, stainback, W. Inclusão: um guia para educadores. P. Alegre: Artimed, 1999.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

SILVA, A. M. Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos. Curitiba: Ibpex, 2010. (Série Inclusão Escolar). 215p

SOUTO, M, T, de. Educação Inclusiva no Brasil. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande/PB, 2014.

SOUZA, Joelma. 6 dicas para garantir a inclusão na escola. Postado em: 10 de maio de 2017. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/1804/blog-na-direcao-certa-6-dicas-para-garantir-a-inclusao-na-escola>. Acesso em: 12 maio 2019.

STAINBACK S.; STAINBACK W. Inclusão: Um guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca: Princípios, Política e Prática em Educação Especial. 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pfo000139394>. Acesso em: 10 abr. 2013.

UNESCO, Declaração Mundial sobre Educação para Todos, Jomtien, Tailândia, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

UNESCO, Declaração de Salamanca, Espanha, 1994

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

ZIMMERMANN, E. C. INCLUSÃO ESCOLAR, 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/inclusao-escolar/5190/>. Acesso em 30 set. 2017.